



**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA
2019**

Versão: 1.0



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO



SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS.....	7
1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais.....	7
2. Políticas Públicas.....	8
3. Metas Relativas ao Desenvolvimento de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas.....	12
4. Recursos para Custeio e Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas.....	14
5. Remuneração	14
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	15
1. Atividades Desenvolvidas.....	15
2. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Risco	18
3. Políticas e Práticas de Governança Corporativa	20
4. Descrição da Composição e da Remuneração da Administração	21
5. Mensagem Final.....	22



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA DA EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 7º inciso I do Decreto Rio nº 44962 de 24 de agosto de 2018, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2019.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF: 73.214.439/0001-90

NIRE: 33.3.0003224-0

Sede: Rio de Janeiro/RJ

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista Controlador: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Local

Setor de Atuação: Tecnologia da Informação e Comunicação

Diretor de Administração e Finanças:

Fábio Barbosa Baptista

Telefone: (21) 3971-1241

E-mail: fabio.baptista@rio.rj.gov.br



CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Bruno Rainho Mendonça, Astrônomo da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro;
- Clovis Albuquerque Moreira Neto, Procurador do Município;
- Júlio César Urdangarin Batista Júnior, Vice-Presidente da IplanRio, respondendo pelo expediente e
- Wolner Ferreira da Costa, Assistente I da Secretaria Municipal de Fazenda.

DIRETORIA EXECUTIVA

- Júlio César Urdangarin Batista Junior, Vice-Presidente, respondendo como Diretor-Presidente - Ata 274 do Conselho de Administração de 19/12/2018 com validade a partir de 29/10/2018
- Márcia Costa de Souza Lima - Diretor de Sistemas - Ata 239 do Conselho de Administração de 11/02/2015 com validade a partir de 12/12/2014 - Recondução ata CAD 269 de 10/01/2018 com validade a partir de 12/12/2017.
- Fernando Ivo Pimentel Cavalcante - Diretor de Planejamento e Novos Negócios - Ata 262 do Conselho de Administração de 14/06/2017 com validade a partir de 01/02/2017.
- Fábio Barbosa Baptista - Diretor de Administração e Finanças - Ata 274 do Conselho de Administração de 19/12/2018 com validade a partir de 19/06/2018.
- João Antônio Cypriano Costa - Diretor de Operações - Ata 277 do Conselho de Administração de 20/03/2019 com validade a partir de 01/03/2019.

Data de divulgação: Setembro/2019



POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige a elaboração de *“carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”*. Essas informações estão detalhadas a seguir:

1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

A EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, integrante da Administração Indireta do Município do Rio de Janeiro, rege-se por este estatuto, pela Lei de criação nº 1.562, de 22 de fevereiro de 1990, pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto Municipal nº 44.698, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.303, de 2016 e demais disposições legais aplicáveis.

A empresa tem por objeto social a prestação de serviços de informática municipal, compreendendo as atividades de:

- I. planejar, implantar, gerenciar e integrar os recursos de tecnologia da informação, necessários à gestão da Administração Municipal;
- II. armazenar e manter dados brutos, elementares e as informações derivadas;
- III. planejar, desenvolver, implantar e operar os sistemas corporativos, que suportem os processos de gestão do Município;
- IV. planejar, contratar e gerir os recursos de telecomunicações necessários ao "backbone" corporativo municipal.



A função social da IplanRio é facilitar a vida do cidadão por meio de soluções tecnológicas inovadoras, ágeis e seguras, contribuindo para a eficiência do setor público.

2. Políticas Públicas

O Planejamento Estratégico da PCRJ para os anos de 2017 à 2020 prevê a atuação da área de tecnologia da informação e comunicação na Iniciativa Estratégica “Cidade Digital,” que visa promover melhorias na capacidade de processamento de informações para suportar os serviços prestados ao cidadão, buscando diminuir os riscos tecnológicos dos serviços oferecidos e melhorar a segurança da informação. Além disso, tem por objetivo implantar a modalidade de Teletrabalho na cidade do Rio de Janeiro, buscando tornar as organizações mais competitivas, flexíveis e dinâmicas, sendo uma forma de estimular uma sociedade mais digital. Como resultados esperados teremos:

- Promoção do Rio de Janeiro a categoria de Cidade Inteligente;
- Melhoria da qualidade de vida do cidadão, com a diminuição dos índices de engarrafamento e, conseqüentemente, da redução da emissão de gases de efeito estufa, por meio do exemplo e incentivo às iniciativas de teletrabalho no setor privado;
- Melhoria da qualidade de vida dos servidores;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, apoiados pelo ambiente de TIC, por meio de conexões à rede de dados melhores e mais rápidas, assim como aumento da confiabilidade, disponibilidade e segurança do ambiente do centro de dados que suporta os sistemas informatizados;
- Diminuição dos riscos tecnológicos dos serviços oferecidos pela Prefeitura.

Outra iniciativa estratégica que compete à IplanRio conduzir é a de “Processos Digitais” que compreende a implantação da gestão eletrônica de documentos e processos, a fim de permitir a interligação e tramitação eletrônica dos mesmos entre todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Tem-se por



objetivo melhorar a eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como agilizar e facilitar a comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições. A implantação permitirá diminuir o consumo de papel, reduzindo custos, reduzindo o impacto no meio ambiente e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos. Com o novo sistema, os processos poderão ser analisados em mais de uma área simultaneamente, o que deverá reduzir o tempo de tramitação dentro da Prefeitura. Será adotado como plataforma tecnológica o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido em software livre. Como resultados esperados para esta iniciativa, teremos:

- Melhoria da eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como gerar agilidade e facilidade na comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições;
- Diminuição do uso de papel, reduzindo os custos e o impacto no meio ambiente, e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos;
- Redução no custo na gestão e tramitação de processos em meio físico.
- Elevação da posição da cidade do Rio de Janeiro no Ranking de Transparência e da Lei de Acesso à Informação.



Na elaboração de seu Planejamento Estratégico 2019 – 2020, a IplanRio considerou os seguintes eixos de alinhamento estratégico:

- Plano de Desenvolvimento Sustentável;
- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro;
- Integridade e Compliance Carioca;
- Comitê de Governança de Políticas Públicas para Inovação - CGPPI-Rio;
- Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação do Rio de Janeiro – CGTIC-Rio;
- Sistema Municipal de Informática – SMI.

O Plano Estratégico da empresa que definiu as diretrizes para os próximos 2 anos, tem por base os seguintes componentes essenciais:

Negócio	Soluções tecnológicas.
Missão	Prover soluções tecnológicas para melhorar a vida na Cidade do Rio de Janeiro.
Visão	Ser líder na transformação digital no setor público entre as capitais brasileiras.
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Ética• Comprometimento• Respeito• Eficiência• Colaboração• Transparência• Inovação



Objetivos Estratégicos

- Entregar produtos e serviços inovadores para a cidade;
- Fortalecer a governança de TIC na Prefeitura do Rio;
- Promover economia para a Administração Pública;
- Gerar receitas para a Prefeitura do Rio a partir de produtos e serviços;
- Fortalecer o relacionamento com clientes e colaboradores.

Estratégias

- Rever o Modelo de Governança estabelecido;
- Definir estratégia mercadológica interna e externa;
- Firmar parcerias;
- Elaborar plano orientado para compliance;
- Estabelecer programa voltado para transformação digital e cidades inteligentes;
- Identificar iniciativas que representem redução de custos ou aumento de receitas para a Prefeitura;
- Elaborar plano de marketing interno e externo;
- Desenvolver pessoas como ativo estratégico.



3. Metas Relativas ao Desenvolvimento de Atividades que Atendam aos Objetivos de Políticas Públicas

As metas estabelecidas no PPA da Entidade estão alinhadas ao Planejamento Estratégico da Cidade, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição do Produto	Qtde Meta Física no Ano	Valores Atingidos na Meta Física no Ano	Denominação da Ação	Denominação do Programa Estratégico	Área de Resultado	Meta Estratégica
4458 - Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Modernizada	30%	0	3013 - Modernização Tecnológica	0547 – Cidade Digital	0007 – Governança para os Cidadãos	Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, até 2020.
4774 - Unidade Administrativa Conectada em Fibra Ótica	3	0				
4296 - Arquitetura de Informações da PCRJ Implantada	20%	0%	3017 - Modernização da Arquitetura de Aplicação e Dados			
4776 - Servidor Alocado na Modalidade de Teletrabalho	100	0	3106 - Implantação da Modalidade de Teletrabalho			
4775 - Processo Administrativo Digital Implantado	10%	0	3107 - Sistema Eletrônico de Informações (SEI)			0553 – Processos Digitais



Obs.: O projeto de teletrabalho no âmbito da PCRJ encontra-se em andamento, tendo a modalidade sido implantada na Empresa Municipal de Informática, atingindo ao final de 2018 o número de 90 (noventa) profissionais. O projeto de Arquitetura de Informações da PCRJ teve um avanço físico real de 12%, correspondendo à criação do CGTIC-Rio. Os valores das metas físicas destes projetos na tabela estão “zerados” para manter a compatibilidade com as regras de acompanhamento do PPA definidas pela SMF/SUBOR, que vincula o progresso físico à liberação/ utilização de recursos financeiros/orçamentários.

Conforme mensagem enviada para abertura da sessão Legislativa, no tema Governança para os cidadãos, em 2019 a IplanRio prevê a geração de mais e melhores serviços para o cidadão. Entre as propostas de iniciativas encaminhadas, podemos destacar:

- Alcançar 1 milhão de usuários no Carioca Digital com uma nova arquitetura, o lançamento do Parcelamento do IPTU e outros serviços.
- Na área de informações estratégicas, elaborar novos dashboards gerenciais para a Secretaria Municipal de Fazenda (foco: ITBI e IPTU) e Procuradoria Geral do Município (contencioso);
- Desenvolver a Plataforma de Inteligência Analítica e Preditiva (Projeto Malha Fiscal), que identificará oportunidades de arrecadação a partir da melhor gestão de dados em ambiente de Big Data.
- Atuar na prospecção de uma nova solução de gestão acadêmica e pedagógica que dará maior capacidade de gestão à Educação.
- Na Saúde, implantar o prontuário na atenção básica, que seguirá em mais 3 CAPs (Coordenadoria Geral de Atenção Primária). A gestão da dispensação de medicamentos será integrada com o Ministério da Saúde e será desenvolvido o aplicativo Saude.Rio, onde o cidadão consultará suas agendas no SISREG, encontrará remédios na rede de farmácias, avaliará o atendimento que receberá pelas equipes de saúde e poderá marcar consultas na atenção básica.
- Na área de Transportes, implantar o módulo corporativo do Taxi.Rio nos demais órgãos da Prefeitura e lançar o app Ônibus.Rio.



- No Urbanismo, implantar os sistemas Ruas.Rio e Licenciamento de Obras Online.
- Substituir o CITRAN pelo RADAR na gestão de multas de trânsito, reduzindo o risco tecnológico do mainframe junto com a continuidade do projeto GICOF e o início do GIT – Gestão Integrada de Tributos, que modernizará a arrecadação municipal.
- Atuar em parceria com o Parque Tecnológico da UFRJ na criação de um escritório de inovação voltado para a área pública, onde problemas da cidade e das secretarias serão levados para análise de startups para que soluções inovadoras e de baixo custo possam trazer diferenciais competitivos para a Prefeitura.

4. Recursos para Custeio e Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

A IplanRio viabiliza a consecução de políticas públicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da disponibilização de soluções digitais estruturantes para o governo. Estas são a base tecnológica para o bom funcionamento da administração pública e para a prestação de serviços ao cidadão.

Entretanto, a atual conjuntura econômica brasileira, com forte restrição no orçamento público, afeta consideravelmente a empresa, cuja fonte de recursos advém integralmente do Tesouro Municipal.

Esta restrição pode comprometer a capacidade da empresa em investir em novas tecnologias e infraestrutura para prover as soluções digitais que atendam às políticas públicas da Prefeitura.

5. Remuneração

A remuneração de administradores e empregados não é afetada por indicadores de atuação da sociedade alinhados às políticas públicas.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

1. Atividades Desenvolvidas

1.1. Administração do Ambiente Operacional de TIC

1.1.1. Administração do Canal de Dados

Os canais de dados proporcionam compartilhamento de recursos e serviços com vários usuários na rede, permite também o acesso a internet e o trabalho em equipe dos colaboradores. Para que as redes ou canais de dados sejam confiáveis, tolerantes a falhas e as aplicações ou sistemas que funcionam sobre elas estejam sempre disponíveis independente da sua localização geográfica, é necessário uma eficiente administração e monitoramento constante por profissional altamente qualificado com conhecimento sobre configurações de redes Ethernet/Wireless/TCP/IP, equipamentos de rede, conectividade e sistemas operacionais.

1.1.2. Comunicação de Dados Rede PCRJ (gbps)

Serviços que viabilizam e mantêm os órgãos da prefeitura conectados a 21gbps à cidade e ao mundo, via internet e rede própria da Prefeitura. Dispomos de uma infraestrutura de rede corporativa e parcerias com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), a Telebrás e outras operadoras TeleCom que tornam a implementação de projetos de rede rápida e segura.



1.1.3. VPN

A VPN ou “Rede Virtual Privada” é uma ferramenta extremamente poderosa para a segurança das informações digitais, permitindo o tráfego de dados de forma segura e também permite o acesso à rede da PCRJ aos tele trabalhadores e empresas parceiras. Em resumo, age como uma espécie de firewall, que em vez de proteger seu computador, mantém seguros os seus dados enquanto trafegam pela rede, pois estes são criptografados, e mesmo que cibercriminosos consigam interceptar as informações, é difícil que eles consigam acessá-las.

1.1.4. Serviço de Caixa Postal Padrão

O Serviço de Caixa Postal Padrão ou e-mail como é mais conhecido é um serviço digital que permite aos usuários de computadores o envio e a recepção de mensagens com conteúdo de texto, assim como outras funções adicionais como anexar arquivos junto às mensagens. A solução corporativa é o RioMail, estrutura escalável com suporte a dispositivos móveis baseada em Software Livre.

1.1.5. Administração de Sistemas em Plataforma Alta

Trata-se de um processo permanente de monitoramento, otimização de recursos computacionais e de controle com revisão dos principais serviços e execução de tarefas recorrentes sobre a plataforma MCP – UNISYS. O melhoramento dos processos internos garante o funcionamento contínuo dos sistemas, além de otimizar a disponibilidade e utilização dos recursos do sistemas e base de dados.

1.1.6. Administração de Sistemas em Plataforma Baixa

O Datacenter da IplanRio concentra o processamento de todas as aplicações a serviço da prefeitura e ao cidadão carioca, disponibilizando diversos serviços que viabilizam a gestão municipal e a prestação de serviços ao cidadão. Possuindo técnicos altamente qualificados, com uma infraestrutura robusta tolerante a falhas e de recuperação de desastres capaz de hospedar serviços críticos de diversas amplitudes.



1.1.7. Atendimento no service desk

A Central de Atendimento atende por diversos canais de comunicação oferecendo desde esclarecimentos e orientações até apoio e resolução de problemas em sistemas e equipamentos. Possui equipe capacitada que atende ao Parque Tecnológico da Prefeitura em toda a cidade do Rio de Janeiro.

1.1.8. Gestão de Workstation

A Gestão de Workstation engloba vários aspectos da estação de trabalho, tais como: disponibilização de ferramenta de proteção (antivírus), acesso à rede corporativa e à internet, espaço em disco para armazenamento de arquivos e outros necessários à disponibilização de ambiente que permita ao usuário exercer suas atividades profissionais.

1.2. Consultoria e Desenvolvimento de Sistemas

1.2.1. Consultoria

Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação, Processos de Negócio e Business Intelligence, que apoiam e orientam nossos parceiros na elaboração e execução da sua estratégia, na criação, aquisição e implementação de soluções inovadoras que tornam a cidade mais tecnológica e mais integrada.

1.2.2. Elaboração de Projetos de Rede

Após a identificação das necessidades e objetivos dos clientes, é elaborado o projeto lógico de rede antes de abordar o projeto físico, visando garantir funcionalidade, desempenho, disponibilidade, escalabilidade, preço e gerenciamento. Na elaboração do projeto lógico é abordado o desenvolvimento da topologia, dos aspectos de segurança e gerenciamento e no projeto físico a efetivação do que foi planejado, a realização dos testes de conectividade, otimização e documentação do projeto.



1.2.3. Fábrica de Software

Após mapeamento de demanda de desenvolvimento de software junto aos clientes da PCRJ, é elaborado Termo de Referência para viabilizar Registro de Preços que estará disponível à Administração.

2. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Risco

A empresa possui em sua estrutura organizacional o setor de Auditoria Interna subordinado à Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município – CGM, possuindo as seguintes competências:

- criar condições para assegurar a eficiência do controle interno por parte da Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município, e do controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas do Município;
- avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional da Entidade e verificar a utilização regular dos recursos, executando trabalhos de auditoria específicos, através da aplicação de Programas de Auditoria respectivos;
- exercer o controle interno através de inspeções, verificações e revisões programadas, objetivando preservar o patrimônio da Entidade, bem como garantir a correção dos procedimentos praticados nas operações;
- apresentar sugestões para o aprimoramento do Sistema de Controle Interno da Entidade;
- elaborar o Plano Anual de Trabalho de auditoria a ser aprovado pelo órgão central do Subsistema de Auditoria;
- informar à direção da Entidade e à Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município, quaisquer irregularidades apuradas nos trabalhos executados;
- oferecer subsídios ao Conselho Fiscal, na proporção dos exames de auditoria realizados;
- examinar, previamente, as prestações de contas da Entidade;



- acompanhar a implementação das recomendações dos relatórios emitidos pela Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município;
- cumprir as determinações constantes nos atos normativos elaborados pelo órgão central do Subsistema de Auditoria;
- acompanhar o cumprimento das diligências baixadas pelo Tribunal de Contas do Município.

Em consonância com a Lei 13.303/16 e ao Decreto Rio Nº 44698 foi criado, através do Decreto Rio Nº 44962 de 24 de agosto de 2018, o Escritório de Riscos, Conformidade e Segurança, com as seguintes competências:

- Orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado, incluindo fraude e corrupção;
- Estabelecer diretrizes e definições estratégicas para a elaboração do Plano de Segurança da Informação;
- Propor e acompanhar planos de ação para aplicação da Política de Segurança da Informação, assim como campanhas de conscientização dos usuários;
- Elaborar e submeter propostas de normas e políticas de uso dos recursos de informação, tais como:
 - classificação das informações;
 - gerenciamento de identidade e controle de acesso lógico;
 - controle de acesso físico;
 - controle de acesso à internet;
 - utilização do correio eletrônico;
 - utilização de equipamentos de tecnologia da informação;



- utilização de programas e aplicativos;
 - utilização de armazenamento lógico;
 - contingência e continuidade do negócio.
- Rever a Política de Segurança da Informação e normas relacionadas e sugerir alterações;
 - Emitir pareceres com análises e orientações quanto às formas de sanar descumprimentos das normas referentes à Política de Segurança de Informação da PCRJ;
 - Avaliar relatórios e resultados de auditorias apresentados pelo Escritório relativo à Segurança da Informação;
 - Apresentar à Presidência os resultados da Política de Segurança da Informação;
 - Elaborar relatório anual de suas atividades, com a definição de metas e indicadores, a ser encaminhado no último trimestre de cada ano à Presidência.

3. Políticas e Práticas de Governança Corporativa

Além da “Auditoria” e do “Escritório de Riscos, Conformidade e Segurança”, a empresa possui em sua estrutura organizacional o “Escritório de Gerenciamento de Projetos” e o “Escritório de Custos e Métricas Financeiras” e a “Assessoria Técnica de Gestão Institucional e Estratégica” que apoiam as atividades de Governança Corporativa da empresa.

As competências dos setores supracitados podem ser obtidas por meio de consulta ao Sistema Integrado de Codificação Institucional – SICI, que pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <http://sici.rio.rj.gov.br>

Os relatórios de gestão, indicadores gerenciais, assim como outros documentos que ter por objetivo de dar a transparência das informações acerca da empresa, podem ser obtidos através da consulta ao sítio da empresa na Internet: <http://prefeitura.rio/web/iplanrio>.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO

4. Descrição da Composição e da Remuneração da Administração

Em consonância com o disposto no Decreto nº 8.945, de 2016 a composição da remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais estão disponíveis no sítio da empresa na Internet.



5. Mensagem Final

A Empresa Municipal de Informática – IplanRio, com sua complexa infraestrutura tecnológica e ampla experiência no desenvolvimento de soluções digitais que conectam governo e cidadão, vem cumprindo a sua missão institucional e reafirma o compromisso de melhoria contínua, promovendo a transformação digital, a fim de atender a demanda da sociedade por serviços públicos ágeis, seguros e inovadores, de qualidade e com menos burocracia. A excelência na prestação destes serviços deverá ser atingida com o estabelecimento de metas e indicadores transparentes, que certamente trarão resultados positivos e relevantes, contribuindo eficazmente para a consecução dos objetivos de políticas públicas e de governança corporativa.

Conselho de Administração da IplanRio

CARTA APROVADA NA 283ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Original assinada pela Diretoria Executiva e Conselheiros)